

## EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: UM DIÁLOGO PARA EVITAR A BARBÁRIE

Éttore Pablo Vilaronga Rios <sup>1</sup>  
Aretha Stephanie Vilaronga Rios Bernardo <sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo traz uma análise crítica sobre a retirada da Educação Sexual do currículo escolar e disserta sobre a importância desse tema no combate ao abuso infantil e ao preconceito com as comunidades LGBTQIA+ no ambiente dos lares. Por meio de uma pesquisa básica de abordagem qualitativa faz uma leitura de números de violência doméstica contra estes indivíduos, das leis que garantem seus direitos e proteção, análise de discursos que agravam a violência e revisão literária das temáticas que envolvem o paradigma escola, estudos de gênero e educação sexual, priorizando os que foram produzidos no e sobre o contexto pandêmico. A partir do testemunho de uma ocorrência de homofobia paterna contra um aluno do Ensino Fundamental II da rede pública de ensino ocorrida nas dependências da escola, faz uma reflexão sobre o papel do ambiente escolar como último refúgio deste debate cada vez mais urgente e que reverbera de diversas maneiras nas camadas sociais e no campo político e acadêmico. Partindo deste evento, leituras e números, o presente trabalho faz uma reflexão de como seria uma sociedade onde o direito de dialogar sobre as questões de gênero e sexualidade sejam retirados da escola, que na presente realidade ainda é a última linha de defesa da tolerância e do limite entre a civilização e a barbárie.

**Palavras-chave:** Educação Sexual, Estudos de Gênero, Violência Doméstica, Combate à Homofobia, Tolerância.

### INTRODUÇÃO

“Por que tanto se diz em nome da igualdade e da diversidade e temos, cada vez mais, o recrudescimento de intolerâncias e o não reconhecimento das diferenças?” (BORBA & LIMA, 2014, p. 4-5) Em uma sociedade tão diversa, plural e sincrética, por que a diversidade ainda se constitui um tabu com bases tão profundamente enraizadas em preconceitos?

Para aliviar essa preocupação, o Ministério da Educação criou Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que de forma abrangente trouxeram mais abertura para o diálogo

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação e Diversidade da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Jacobina – BA, [ettorepablo@live.com](mailto:ettorepablo@live.com);

<sup>2</sup> Especialista em Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa, Literatura e Língua Inglesa, FAVENI, [arethastephanie@gmail.com](mailto:arethastephanie@gmail.com);

social no ambiente escolar ao introduzir os temas transversais, dentre os quais estava a educação sexual. Este tema, diferente do que afirma a autointitulada ala “conservadora” da sociedade, não está ali para ensinar os alunos a fazer sexo e sim, entre outras possibilidades, impedir que crianças e adolescentes sofram abusos aos lhes dar plena consciência do que se configura um ato sexual, bem como o conhecimento e empoderamento de seu próprio corpo.

Infelizmente, com a crescente onda do autoproclamado conservadorismo, cimentado em *fakenews* das redes sociais, falta de estudo, desinformação e fortemente anabolizado pelos discursos reacionários da bancada evangélica e do presidente Jair Bolsonaro, a educação tornou-se alvo de ataques preches de ódio e desinformação. Prova disso é que uma pesquisa do Datafolha no ano de 2019 verificou que 54% dos eleitores do atual presidente e 53% dos evangélicos são indiscriminadamente contra a educação sexual nas escolas (PAULOPES, 2019).

Essa viagem textual nos traz ao presente artigo, que pretende mais uma vez clarificar a função e objetivos, e ressaltar a importância da educação sexual nas escolas, tendo como exemplo um fato verídico ocorrido numa escola do interior da Bahia, fazendo uma reflexão de como seria a sociedade em que vivemos se os ensejos do conservadorismo de exterminar esses pontos realmente ocorram.

## O MÉTODO

Este artigo foi construído por meio de um estudo qualitativo dado ao seu caráter interpretativo. Tal abordagem visa se aprofundar na complexidade dos fatos após a coleta de dados relevantes que posteriormente passaram pelo crivo totalmente interpretativo do autor (CRESWELL, 2014), sobre informações que não podem ser somente quantificados (LAKATOS & MARCONI, 2011). Construído a partir da uma revisão bibliográfica sistematizada, que determina uma busca em publicações de determinado assunto (GIL, 2008), neste caso, em artigos científicos buscados na base de dados da Scielo e também em textos buscados em sites de notícias, que propiciaram dados quantitativos relevantes.

Para estudar os dados angariado a partir da pesquisa empreendida, optamos pela análise de conteúdo, por julgá-la a mais efetiva por ser

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2011, p.48).



Com essa mesclagem de métodos, construiu-se a discussão deste trabalho que tenciona ser mais uma luz no entendimento acerca da Educação Sexual nas escolas.

## DISCUSSÃO TEÓRICA

Uma das primeiras providências tomadas pelo atual governo ao assumir o poder foi suprimir a educação sexual da BNCC, atendendo ao desejo de alas mais conservadoras e fazendo com que as pressões que grupos católicos e evangélicos (BEDINELLI, 2015) já faziam desde 2015 tivessem sucesso. Assim, o Plano Nacional de Educação (PNE) acabou sendo aprovado sem os trechos que falavam sobre gênero. “Frases como ‘superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção de igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual’ foram substituídas por ‘erradicação de todas as formas de discriminação’, sem citar quais eram os tipos de discriminação” (SEMIS, 2017) e causando um esvaziamento da discussão.

As alegações de que sexualidade é um assunto que se aprende em casa terminaram por vencer causando imensos prejuízos sociais e atrasos descomunais em diversos diálogos, entre eles o estudo e debate sobre gênero. Uma das estratégias utilizadas para impedir a aprovação de textos sobre gênero e foi o apelido pejorativo criado pela bancada evangélica para se referir ao projeto Escola sem Homofobia, o infame “kit gay”.

A declaração – mesmo que simples, mas – bastante preconceituosa da ministra dos Direitos Humanos, da Família e da Mulher, Damares Alves (PODER 360, 2019) um dia após a posse de Jair Bolsonaro, quando ela diz que “é uma nova era no Brasil. Menino veste azul e menina veste rosa”, viralizou em diversas plataformas e terminou por endossar vozes que não tinham espaço no discurso de ódio às minorias LGBTQ+ e no debate social da questão de gênero, que terminou por ser sufocada entre os espinhos do conservadorismo reacionário.

Existe uma intenção de domínio sobre o outro, alavancada pelo governo e fortalecida pelo apoio popular que o mesmo tem, que visa somente sua ideologia e propósito, aparelhando assim o Estado para uma opressão das minorias, fazendo com que a educação seja “tomada como campo de discursos e práticas com efeitos materiais sobre os corpos dos indivíduos e suas subjetividades, tem sido, não obstante, forjada sobre abstrações universalizantes – dispositivos de controle” (BORBA & LIMA, 2014, p.2). Estes se esquecem que estão – ou ao menos deveriam estar - na política pelo bem comum, pois “Uma boa política é aquela que multiplica os possíveis”. (VIVEIROS DE CASTRO, 2008, p.226).

Apesar disso, tais possibilidades sofrem tentativas de destruição por meio da “desconstrução dos processos históricos, culturais e políticos pelos quais alguns sujeitos se tornam normais e outros abjetos, inferiores, inumanos” (BORBA & LIMA, 2014, p.6).

O combate à essa discussão é aberto, institucionalizado e fomentado pelo próprio governo, que ainda que não o tenha proibido, tenta enfraquecê-lo tirando-o das diretrizes da nova BNCC, tornando-o possível apenas por meio de uma bem vinda teimosia ou no que se pode enquadrar no que Henry David Thoreau (2019) chamaria de desobediência civil. É nessa brecha de exclusão, mas não proibição do debate que a escola permanece – e deve permanecer – resistindo como última linha de defesa que nos separa de um ideal civilizatório de paz, inclusão e igualdade, da barbárie implicitamente desejada pela corrente ideológica intolerante que atualmente nos governa.

Mas por que afirmo que a escola é essa última resistência a impedir a barbárie? E o lar? Não seria a família a principal responsável pela educação primordial dos indivíduos, entre elas a sexual? Não é esta a proposta do atual governo que tentou inclusive implantar o *homeschooling* (MEC, 2019)? As orientações familiares sobre sexualidade não funcionam perfeitamente? Infelizmente não.

Dados alarmantes mostram que a maioria dos casos de abuso acontecem no seio da família. A ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, Cristiane Britto, disse à Agência Brasil no dia 03 de maio de 2022 que 90% dos abusos contra crianças e adolescentes acontecem no ambiente doméstico e cerca de 30% dos casos é cometido pelos próprios pais (DIÁRIO CAMPINEIRO, 2022). A ministra não cita suas fontes, porém, outros levantamentos apresentam números semelhantes em escalada temporal.

O Disque 100, serviço que recebe denúncias anônimas de violação aos direitos humanos divulgou em 2019, que no ano de 2018, 70% dos casos de abuso contra crianças e adolescentes foram cometidos por pais, mães, padrastos ou outros parentes e 70% das ocorrências aconteceram nos lares da vítima ou do abusador (AGÊNCIA BRASIL, 2019).

O Portal G1 divulgou dados do Ministério da Saúde que compreendem os anos de 2011-2017. Houve um assombroso aumento de 83% dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo que 69,2% dos casos contra crianças acontecem em domicílios com envolvimento de familiares em 37% dos casos. Contra os adolescentes, 58,2% dos casos são cometidos no ambiente domiciliar, com 38,4% de parentes envolvidos (G1, 2018).

Estes são os dados divulgados, mas grande parte das ocorrências seguem sendo ocultadas por medo ou por falta de conhecimento das vítimas, que não sabem diferenciar um carinho de um ato de abuso sexual. Diferenças estas que os PCNs propunham que fossem

esclarecidas na escola durante as aulas de educação sexual (BRASIL, 1996) que foi “apresentada como uma maneira de trazer para a escola a responsabilidade de desenvolver uma ação educativa para a promoção da saúde de crianças e adolescentes, dividindo essa tarefa com a família” (CAMPOS & URNAU, 2021, p.3).

Mas, diante destes números assombrosos é claro e assertivo dizer que é falho e muito perigoso deixar esse tipo de orientação a cargo somente da família, dado ao caráter secreto do lar, onde não há como saber como é ensinado esse tema, a não ser pelos reflexos levados à sociedade. É realmente racional propor que a educação sexual de crianças e adolescentes seja deixada à cargo de seus possíveis abusadores? Jamais.

O contexto pandêmico agravou mais ainda o índice de casos de abuso, pois “A diminuição de denúncias de violência sexual possivelmente se dá pelo menor acesso aos serviços de apoio (inclusive por receio de contrair a Covid-19) e pelo contato constante com o agressor” (FERREIRA *et al*, 2020). Se em tempos normais sempre foi difícil detectar casos assim, a situação recrudescer em contextos de distanciamento social, ruas vazias e escolas sem funcionamento.

Há quem diga que não haveriam esses saltos numéricos se não fosse o “fica em casa”, mas tais falácias não devem ser levadas em conta neste – ou qualquer outro – tema, pois a causa não foi o isolamento necessário por conta da pandemia do COVID-19. Atos homofóbicos e abusos já eram pandêmicos antes disso, como vimos nas pesquisas citadas acima.

O Brasil é o país com mais ocorrências de violência e assassinato de pessoas da comunidade LGBTQ+. Foram 316 assassinatos em 2016 (BOHRER, 2022), 445 em 2017 (BORTONI, 2018), 231 em 2020 e 316 em 2021 (BOHRER, 2022) e figura entre os 72 países mais perigosos para homossexuais. Nos demais 71, a homossexualidade é crime e em 13 deles é punida com a pena de morte (IG QUEER, 2021).

A quem defende a ideia de que a educação sexual deve ser apenas uma obrigação familiar, em um país que ocupa tal posição no ranking de intolerância e abusos contra homossexuais, inclusive dentro do próprio lar, deve faltar no mínimo informação, pois é impossível que alguém que ao menos tenha alguma informação sobre essa realidade defenda tais concepções.

A orientação sobre sexualidade dentro das escolas é necessária para que estas pessoas tenham o amparo e o conhecimento necessários que na maioria das vezes não são encontrados em casa. Infelizmente, menos de 20% das escolas públicas do Brasil tem educação sexual em seu currículo (MARANHÃO, 2019).



Para trazer um exemplo palpável dessa discussão, compartilho com vocês a história de um aluno meu, na faixa etária dos 13-15, que terá sua identidade preservada. Tenho o desprazer de dizer que essa história aconteceu no Colégio Municipal Francisco Machado dos Santos, Capim Grosso – BA, onde leciono. O fato ocorreu em março de 2022.

O discente em questão, novo na unidade escolar, havia, como diz a coloquialidade cultural, saído do armário e estava falando isso para colegas de sala. Ao ficar sabendo, seu pai invadiu a escola na intenção de espancar o garoto e teria conseguido se a vice-diretora e um outro professor não tivessem logrado trancar o adolescente na diretoria e segurado o genitor no pátio da escola até a chegada da Guarda Civil Municipal. Creio que uma surra foi dada no rapaz assim que chegou em casa, eventos não raros após ele descobrir-se homossexual – palavras do próprio. Sinto grande aflição ao imaginar o que este menino passou durante a pandemia em seu processo de descoberta.

Pergunto-me se é realmente viável deixar a discussão de gênero para dentro das paredes do lar, quando testemunhamos um genitor invadir uma escola para espancar um filho; e mais ainda: questiono se é de fato saudável que a educação sexual e a importante discussão sobre gênero corram o risco de ficar a cargo de um tipo de pessoa como essa, como desejam os mais conservadores. Não é preciso pensar por mais de alguns minutos para saber que isso vai chegar a uma barbárie.

Os indivíduos que se enquadram nesse recorte social, além de todos os tipos de violência, sofrem com a pressão interna a que se submetem para tentar se enquadrar no padrão imposto pela sociedade heteronormativa que historicamente prefere julgá-los do que acolhê-los e lhes ajudar a suportar a carga que levam. Não se dão conta de que

trazer a diferença para o centro das práticas pedagógicas faria com que se mostrasse o que há de estranho/abjeto naquilo considerado normal e o que há de normal naquilo considerado abjeto/estranho, desnaturalizado, assim, conceitos caros para a educação como o binômio normal/anormal. (BORBA & LIMA, 2014, p.6)

Além disso, é necessário possuir discernimento para entender que

a resistência à norma pode ser encarada como um sinal de desvio, de anormalidade, de estranheza, mas também como a própria base com a qual a escola pode trabalhar. Ao invés de punir, vigiar ou controlar aqueles e aquelas que rompem as normas que buscam enquadrá-los, o educador e a educadora podem se inspirar nessas expressões de dissidência para o próprio educar. (MISKOLCI, 2012, p.63)

No entanto, “as instituições educacionais ‘formais’ continuam reiterando a biopolítica contemporânea na qual o controle da população e a gestão da vida têm sido suas principais características” (BORBA & LIMA, 2014, p.12) e assim, aqueles alunos que não se enquadram

na heteronormatividade terminam por serem marginalizados ou reprimidos e podados ao invés de receberem o auxílio necessário no seu processo de autoleitura para um entendimento de si mesmos, principalmente aqueles em idade escolar, que poderiam encontrar seu abrigo no ambiente educacional.

As unidades de ensino terminantemente são uma amostragem da sociedade por englobar indivíduos que trazem cargas culturais únicas de seus lares, logradouros, círculos familiares e histórias pessoais. O ambiente educacional é, em seu cerne, diverso, plural (pluricultural e plurissocial), portanto, não há como pensar/discutir/refletir/teorizar a educação de forma verdadeira/eficiente sem o mesmo tato com a diversidade pois cada ser humano é distinto de todos e “(...) nenhuma existência se limita a uma ou outra [...] estratégia. Cada um de nós passamos pelas variadas micropolíticas e, em cada uma delas, muda nossa maneira de pensar, sentir, perceber, agir – muda tudo” (ROLNIK, 2011, p.55).

Mais do que isso, não se pode fazer esse percurso seguindo com os dois termos em distanciamento em paralelo. Antes, são dois caminhos gêmeos siameses, amálgamas, sem distinção que constituem o mesmo uni(di)verso.

Por isso, sendo a escola um grande palco de pluralidade, pressupõem-se que toda forma de diversidade deve ter espaço de discussão nas instituições de ensino, pois não há como construir uma sociedade justa, tolerante e coletiva, sem o respeito ao diferente/diverso e, para isso, deve-se “propor vazar as práticas educativas naturalizadas, a desaprendizagem e a sensibilidade como âmbitos centrais para a educação implica refletir sobre esse campo – em grande medida” (BORBA & LIMA, 2014, p.3)

Portanto, urge a necessidade de manter o debate e orientação a respeito da diversidade dentro do ambiente e comunidade escolar, especialmente no que diz respeito à sexualidade e gêneros, que são temas que estão sendo sistematicamente sabotados pelo governo Bolsonaro atendendo a um clamor hipócrita-conservador.

Sabe-se que não é somente a este viés que se atém a diversidade, mas existem pessoas que ao ouvir esta expressão, a remontem somente à noção das ideias do público LGBT+ e emitem opiniões que cristalizam a homofobia. Assim,

“certos assujeitamentos são produzidos na manutenção da matriz heterossexual e constroem as possibilidades de agenciamentos daqueles e daquelas que se encontram, por assim dizer, à sombra da educação: homossexuais, travestis, pessoas transexuais, lésbicas masculinizadas, as bichas fechativas, etc”. (BORBA & LIMA, 2014, p.2)



Assim, “é preciso admitir que os corpos não são mais doces” (PRECIADO, 2011, p.15), não devem ser e que estes indivíduos tem o seu direito ao estudo e a viver a sua diversidade, ainda que boa parte da sociedade não entenda o propósito da educação sexual no currículo escolar e prefira guiar-se pelas informações falsas que estão sendo cada vez mais disseminadas pelas redes sociais.

Com a pressão feita pela ala conservadora para a retirada dos termos “gênero” e “orientação sexual” da nova BNCC, a onda de desinformação apenas cresce, mas mesmo assim, não há proibição dos temas. Estes temas foram suprimidos da terceira versão da base que foi enviada ao MEC e CNE em abril de 2017 e posteriormente aprovada em dezembro do mesmo ano (DAHER, 2018).

Este foi o terceiro envio, e antes dele, várias entidades enviaram contribuições a respeito da inclusão dos termos supracitados, com posicionamentos em prol ou contra eles. O site De Olho nos Planos fez um levantamento e apurou que “das 235 contribuições enviadas por escrito à 3ª versão da Base, 75 citam explicitamente ‘gênero’ e/ou ‘orientação sexual’, sendo 23 contrárias e 51 favoráveis à inclusão dos temas” (idem). O levantamento ainda informa que “uma das contribuições, apesar de citar o termo no texto, não demonstra posição clara sobre o tema” (idem). É estupefaciente notar que mesmo com mais de dois terços das contribuições que citam o tema serem favoráveis à sua manutenção, a minoria teve sucesso.

O conservadorismo da população brasileira não chega a ser um obstáculo na intenção, pois um estudo do IBOPE citado no mesmo artigo do site De Olho nos Planos (DAHER, 2018) revelou que a abordagem de temas relacionados à sexualidade tem apoio total de 54% dos entrevistados. Somados aos apoios parciais, o mesmo tema é aprovado por 62% contra apenas 9% que acredita que as aulas de educação sexual não devem ser abordadas nas escolas. O problema em si, que impede o avanço do pensamento progressista no país vem de nossos representantes e não necessariamente da população. Quem são os que se favorecem dessa supressão?

## **RESULTADOS E REFLEXÕES FINAIS**

Não é e nem será objetivo desse trabalho ou dos estudos de gênero obliterar o papel da família na educação sexual de seus filhos. Jamais. O ideal é que a escola seja uma parceira nessa orientação, somando forças, aliando o conhecimento teórico-pedagógico da unidade escolar, mais o acompanhamento e acolhimento familiar pois entende-se que sem essa parceria, não será

possível construir uma sociedade mais justa e pacífica. Como aqueles que mantêm, criam e educam, os pais tem um papel indispensável na construção do caráter do estudante. Mas se estes tomam uma posição de combate em relação à escola, o termo comunidade escolar funcionará fora de seus propósitos. “A educação sexual ainda está longe de ser uma co-construção entre crianças e adultos responsáveis, que acompanhem as hipóteses dos pequenos e os auxiliem nesse processo, quando menos oferecendo um lugar aberto de escuta e circulação de ideias” (GARBARINO, 2021, p.14)

Nossas considerações são feitas no intuito de refletir o que aconteceria se a escola fosse institucional e oficialmente proibida de trabalhar temas voltados à sexualidade, gênero e puberdade, como deseja uma parte da população. Se na atual realidade nós testemunhamos invasões de genitores para espancar, um futuro distópico de barbárie nos aguarda se um dia for tirado das escolas o direito de orientar crianças e adolescentes sobre sexualidade e abusos – que é a prática última e objetiva da educação sexual.

Se olharmos atentamente para os dados de violência doméstica e sexual cometida contra indivíduos da comunidade LGBT+, mesmo com toda a abertura do diálogo e leis que os protegem, ainda iremos nos assustar com os altos índices. Imaginemos a projeção desses números caso não haja mais um lugar que sirva de refúgio para essas pessoas, assim como serviu para este aluno que se sentiu confiante e seguro a ponto de assumir sua sexualidade? Quantas vidas a mais serão perdidas se os muros da escola perderem o direito de ser o último refúgio deste diálogo que inexistente ou é sufocado em muitos lares; isso quando não acontece de forma violenta e errônea.

Por sorte, apesar dos termos “gênero” e “orientação sexual” terem sido injustamente extirpados da BNCC, três competências, em seus textos, possibilitam a transversalidade desses temas:

Competência 7

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, ponto de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. (BRASIL, 2018)

As expressões “respeitem em promovam os direitos humanos” e “posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros [...]” (idem) possibilitam o trânsito do tema da sexualidade nas aulas por possuírem texto aberto a interpretações. O mesmo pode ser dito pela parte destacada na Competência 8: “Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, **compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as**



**dos outros**, com autocrítica e capacidade para lidar com elas” (BRASIL, 2018, grifo nosso). Na palavra diversidade, por sua amplitude, cabem muitos diálogos e o da sexualidade e de gênero é um deles.

Os destaques na competência 9 deixam ainda mais claro que apesar das tentativas de silenciamento de temas tão importantes estarem em andamento, a própria literatura da qual as discussões de gênero e orientação sexual foram removidas abre possibilidades de não somente sustentar, como também de fortalecer estas trilhas de diálogo:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e **promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos**, com acolhimento e **valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais**, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, **sem preconceitos** de qualquer natureza. (BRASIL, 2018, grifo nosso)

Respeito ao outro e valorização da diversidade sem preconceitos. Isso é o que buscamos, é o suficiente e nós o temos registrado na BNCC em algumas competências e também previsto “em tratados internacionais de direitos humanos que o Brasil é signatário” (DAHER, 2018), dos quais podem ser listados os da Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino (1960), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968), a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979).

Ademais, podemos nos firmar em legislações como a Constituição Brasileira (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e Lei Maria da Penha (2006), que não só garantem o direito de manter esses diálogos dentro do contexto escolar, como impede a proibição deles, pois qualquer tentativa disso vai totalmente contra “os princípios de igualdade de condições de acesso e permanência na escola, da não-discriminação e da liberdade de aprender e ensinar” (DAHER, 2018).

Por fim, entendemos que a barbárie pode ser evitada por meio das discussões de gênero e educação sexual na comunidade escolar e que apesar das constantes tentativas de silenciar esse diálogo tão importante, há amparos bastantes sólidos para isso. O que nós precisamos é continuar conjugando o mesmo verbo que tem nos mantido nessa luta: resistir, pois “onde opera o esgotamento se faz presente uma força de reação, de resistência” (BORBA & LIMA, 2014, p.5)

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. Mais de 70% da violência sexual contra crianças ocorre dentro de casa. Agência Brasil, 18/05/2019. Disponível em: [encurtador.com.br/brAV4](https://encurtador.com.br/brAV4). Acesso em: 19 set. 2022.
- BEDINELLI, T. Católicos e evangélicos em cruzada contra a palavra gênero na educação. Brasil, El país. 11/06/2015. Disponível em: [encurtador.com.br/aOR34](https://encurtador.com.br/aOR34). Acesso em: 18 set. 2022.
- BOHRER, L. Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo pelo quarto ano consecutivo. Rede Brasil Atual, 12/05/2022. Disponível em: [encurtador.com.br/elGH8](https://encurtador.com.br/elGH8). Acesso em: 19 set. 2022.
- BORBA, R.; LIMA, F. Por uma educação rizomática: sobre as potências *queer*, a política menor e as multiplicidades. Revista Periódicus. 2 ed. Nov, UFBA: Salvador, 2014.
- BORTONI, L. Brasil é o país onde mais se assassina homossexuais no mundo. Senado, 16/05/2018. Disponível em: [encurtador.com.br/lmxJ6](https://encurtador.com.br/lmxJ6). Acesso em: 19 set. 2022.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- \_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996
- \_\_\_\_\_. Lei Maria da Penha, nº.11.340/2006
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2018
- CAMPOS, D. C.; URNAU, L. C. Exploração sexual de crianças e adolescentes: Reflexão sobre o papel da escola. Psicologia Escolar e Educacional. V.25. São Paulo, 2021.
- CRESWELL, J. W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa. (3th ed.). Editora Penso: Porto Alegre, 2014
- DAHER, J. Base nacional aprovada, como fica a questão de gênero na escola? De Olho nos Planos, 2018, Disponível em: <https://deolhonosplanos.org.br/bncc-aprovada-genero-orientacao-sexual/>. Acesso em: 18 set. 2022.
- DIÁRIO CAMPINEIRO. Ministra aponta que 90% dos casos de abuso infantil ocorrem dentro de casa. Diário Campineiro, 03/05/2022. Disponível em: [encurtador.com.br/jnoy3](https://encurtador.com.br/jnoy3). Acesso em: 19 set. 2022
- FERREIRA, V. C.; DA SILVA, M. R. F.; MONTOVANI, E. H.; COLARES, L. G.; RIBEIRO, A. A.; STOFEL, N. S. Saúde da Mulher, gênero, políticas públicas e educação médica: Agravos no contexto da pandemia. Revista Brasileira de Educação Médica, Brasília, v. 44, supl.1, 2020.



GARBARINO, M. I. O tabu da educação sexual: gênese e perpetuação dos preconceitos na infância. Cadernos Pagu, n.63, Campinas, 2021.

G1. Maioria dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes ocorre em casa; notificações aumentaram 83%. G1 Globo, 29/06/2018. Disponível em: [encurtador.com.br/ruyS0](http://encurtador.com.br/ruyS0). Acesso em: 18 set. 2022

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IG QUEER. Lista aponta 72 países do mundo perigosos para ser gay. Queer iG, 13/03/2021. Disponível em: [encurtador.com.br/equRV](http://encurtador.com.br/equRV). Acesso em: 19 set. 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARANHÃO, F. Educação sexual nas escolas nas escolas é menor do que imaginamos. Nova Escola, 13/02/2019. Disponível em: [encurtador.com.br/kpC27](http://encurtador.com.br/kpC27). Acesso em: 19 set. 2022.

MEC. Bolsonaro assina projeto que regulamenta educação domiciliar. Portal MEC. s/d, 2019. Disponível em: [encurtador.com.br/xzBC6](http://encurtador.com.br/xzBC6). Acesso em: 18 set. 2022

MINAYO, C. de S. (Org). Pesquisa social: teoria método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2010.

MISKOLCI, R. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PAULOPES. Só evangélicos não querem educação sexual nas escolas, apura Datafolha. Paulopes, 07/01/2019. Disponível em: [encurtador.com.br/aclC7](http://encurtador.com.br/aclC7). Acesso em: 18 set. 2022

PODER 360. Damares Alves diz que ‘menino veste azul menina veste rosa’. YouTube, 3 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q6X3-nXjmv4> Acesso em: 18 set. 2022

PRECIADO, B. Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais”. Revista de Estudos Feministas, vol.19, n.1, p.11-20, 2011.

ROLNIK, S. Cartografia sentimental – transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina: Editora da UFRGS, 2011.

SEMIS, L. “Gênero” e “orientação sexual” têm saído dos documentos sobre Educação no Brasil. Por que isso é ruim? Nova Escola, 11/04/2017. Disponível em: [encurtador.com.br/jlHRY](http://encurtador.com.br/jlHRY) Acesso em: 18 set, 2022

THOUREAU, H. D. A Desobediência Civil. Trad. Adail Sobral. Petrópolis: Vozes, 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Encontros**. São Paulo: Azougue, 2008.